

O CAOS COMO IMAGO URBIS

Um ensaio crítico a respeito de uma fábula hiperreal

JORGE LUIZ BARBOSA
Universidade Federal Fluminense

*Havia chegado a uma terra de fragmentos,
perdida, um lugar de coisas para as quais
não havia palavras e também um lugar
de palavras que não correspondiam a coisa nenhuma.
Paul Aster, Cidade de Vidro.*

Entre os 200 trabalhos de 70 artistas apresentados na Bienal de Arte Contemporânea Americana, edição abril-junho de 1997, realizada no Whitney Museum of American Art de Nova York, uma obra chamou especial atenção do público: a instalação “Pizza City”, de Chris Burden.

Criada entre 1991 e 1996 a partir da coleta de peças e brinquedos em miniaturas, e com a intenção de descrever apenas um pedaço da cidade de Nova York, “Pizza City” acabou por desenhar um arquétipo presente em diferentes latitudes.

Viadutos, pontes, casas, automóveis, arranha-céus (entre eles, o Empire State), pavilhões estilizados do classicismo, locomotivas, fábricas, refinarias, portos e aeroportos reaparecem no espaço da instalação. São objetos comuns, porém estão destituídos de qualquer ordem ou simetria. Reaparecem como ruínas que se acumulam até um céu soturno e sem nenhum horizonte. São formas conhecidas. Porém tomadas indistintamente de seus contextos e misturadas até a exaustão, perdem por completo todo e qualquer significado. São nomes nus que a memória só pode reter como coisas desprovidas de sentido, pois no emaranhado em que estão lançadas não possuem a dimensão histórica de sua existência social. E, se a cidade é um discurso que entrelaça forma e conteúdo, “Pizza City” é a negação da possibilidade de narrativas e reconhecimentos do/ no espaço urbanizado, denunciando a cidade como um lugar impróprio para se tecer identidades sociais.

Ao mergulhar os objetos na inércia - rompendo com a estética funcional, tão cara aos modernos - e reduzir o legível ao seu contrário, a obra de Chris Burden sinaliza o colapso da cidade moderna. A Arcádia cultivada para “morar, trabalhar, circular e cultivar o corpo e o espírito”, preconizada pelo racionalismo urbanístico da Carta de Atenas, entoa seu dobre de finados. O projeto de transformação da sociedade a partir do ordenamento do espaço coletivo habitado é reduzido a uma simples quimera em “Pizza City”. O silêncio dos objetos estáticos e petrificados se confunde com o silenciar das utopias. Um novo mapa do inferno é traçado com os objetos empilhados e destituídos de linguagem. Terra de fragmentos. A estetização da cidade moderna ganha potência figural na imagem do caos.

Da arte contemporânea aos meios de comunicação de massa, o caos como *imago urbis* aflora e se reproduz, demonstrando o seu vigor para hegemonizar formas de representação e, sem dúvida, conferindo um certo poder de sedução às interpretações “científicas” das contradições da cidade contemporânea. Contudo, não se trata apenas de jogo de cartas marcadas, ou melhor, de imagens marcadas por um certo tipo de discurso ou textualidade niilista pós-moderno(a). A imagem do caos vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento territorial e paisagístico das cidades, cujas conseqüências mais imediatas já começam a se delinear.

Podemos identificar duas linhagens que fazem do caos o fundamento de suas leituras da cidade, e cujas conseqüências últimas, apenas aparentemente diferenciadas, encontram-se num mesmo leito comum: a linhagem da simulação e a da dissimilação.

A primeira linhagem se constitui a partir do tratamento do caos como sinônimo corrente da crise urbana. Essa leitura apoia-se em evidências bastante concretas das condições histórico-geográficas atuais da cidade. A violência, o banditismo social, a degradação ambiental, a saturação das vias de transporte, a insuficiência dos serviços de saúde e habitação são expressões recorrentes e instrumentalizadas do caráter pletórico das representações que fixam, limitam e remetem o nosso imaginário à superfície das “questões sociais” advindas da falência da cidade.

Geralmente constituídas a partir do isolamento dos elementos de seu conjunto mais amplo, as representações do caos tratam as questões de ordem mais complexa e tensa como problemas do crescimento urbano “desordenado”. No entanto, é através de sua banal inocência que se configuram e se difundem leituras ideológicas de *vitimização* dos “cidadãos” e, no seu limite, de *satanização* da cidade.

Contrapor-se às representações banalizadas da cidade desordenada (portanto, caótica) não significa negar que vivemos em um período marcado pelo aguçamento das contradições e conflitos sociopolíticos e, até mesmo, de desconstrução de práticas e valores que edificaram o nosso modo de ser e estar urbano no mundo. No entanto, é preciso estar atento às leituras correntes da cidade a partir da imagem caos, como desordem e fragmentação.

Tais leituras desenham cidades saturadas de objetos obsoletos, grafismos desviantes e simbologias decadentes, que são porta-vozes, com frequência, de apelos ao outro extremo da situação: as exigências de normas capazes de reconstituir a “sociabilidade perdida” e restituir os “direitos naturais” do indefeso contribuinte que paga-seus-tributos—em-dia. Enquanto o desencanto em relação à vida nas cidades ecoa pelas salas de aula e artigos na mídia, recrudescer o tratamento do espaço como objeto funcional (de consumo) e reitera-se a legitimidade dos núcleos exclusivistas de bem-estar e segurança em condomínios fechados e edifícios-fortaleza. A imagem do caos como representação da cidade reitera a rigorosa correspondência entre a hierarquia social e a morfologia espacial urbana e, sobretudo, mascara a radicalidade das desigualdades sociais nas cidades.

Por outro lado, os apelos à normatização da cidade diante do caótico vêm orientando práticas de vigilância e disciplinarização de corpos indesejáveis (migrantes pobres, população de rua, lumpemproletários), como também as de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos. Práticas discricionárias que se amparam no objetivo, sempre pretense, de defender o cidadão-consumidor da “barbárie” instaurada pelo desintegração do tecido social, e que, notoriamente, se apoiam na violência policial do Estado e em corporações privadas de segurança, para garantir a “civildade” local e privada na cidade.

Esse caminho do avesso consolida intervenções urbanas cujas estratégias assentam-se no discurso de recuperação dos laços sociais/ culturais partidos pela anomia da cidade caótica. Aqui reside a força dos estereótipos, pois legitima as ações urbano-arquitetônicas que apelam à restauração e à revitalização (estética) da cidade, sinalizando o abandono das concepções outrora modernas de “remodelações urbanísticas globais”, em função da valorização do “local”. Segundo os seguidores da nova e pragmática postura urbanística é impossível cuidar da cidade como um todo, sobretudo das metrópoles, vítimas de seu próprio gigantismo. Portanto, há pouca surpresa na atual ressonância das concepções que definem a cidade como um mosaico de fragmentos e seu cortejo de intervenções urbanas seletivas, orientadas para o resgate - através dos lugares - da “memória cultural”, dos “laços de identidade”, da “singularidade histórica” e da “vida comunitária”; eles considerados indispensáveis para reconstituir a civildade, a paz social, o progresso e, evidentemente, atrair bons negócios, tecnologia e empregos.

Novos imperativos de eficiência e rentabilidade ganham corpo nos dispositivos urbanísticos destinados a realizar a performance mimetizada dos lugares. A racionalidade econômica substitui o monumentalismo arquitetônico para erigir uma ética do mérito, onde o agradável e a segurança jogam papéis decisivos. Nesse percurso, torna-se cada vez mais acirrada a competição entre as cidades, agora mediada pela mobilização do espetáculo - a cenografia gestonária contra o caos - destacando-se em tal estratégia a construção de prédios e *shoppings centers* luxuosos, estilização decorativa de bairros, festivais culturais e eventos esportivos (HARVEY, 1987). A grafia indesejável dos conflitos sociais presentes no espaço é

reificada na imagem do caos que, por sua vez, se presta como condutora do esforço de doar alma à cidade da amorfia, cujo dispositivo de realização é a estetização dos lugares. Estratégia difusa e descontínua que radicaliza desigualdades socioeconômicas sem ocultar o seu propósito de promover o “mercado global” de estilos de vida, serviços e imagens.

Um novo sentido é atribuído às cidades. Estas não são mais lugares para se habitar, agora são tratadas como lugares para se olhar. É neste ponto que se investe e se (re)veste às cidades com o *design clean* do mobiliário urbano - cabines telefônicas, abrigos de ônibus, caixas postais, luminárias, bancos, lixeiras - destinado a reformar/disciplinar o uso da paisagem, através da concessão de áreas públicas às corporações privadas (a empresa francesa JCDecaux, por exemplo, já atua em 23 países). Estas, como contrapartida da criação, instalação e manutenção dos objetos criados, podem utilizar o “espaço” para fins publicitários. Batatas fritas diet, refrigerantes, serviços bancários, jeans e a nova modelo da revista Playboy podem, enfim, desfilar nas ruas e avenidas convertidas em amplas janelas de exibição. O urbano passa a responder diretamente pela estetização da economia política.

O novo papel do mobiliário urbano é introduzido não somente como suporte de um processo intensivo de veiculação e banalização do mundo das mercadorias, como também para doar uma imagem de estabilidade e ordem às cidades, necessária e coerente com a nova dinâmica do mercado capitalista. Impõe-se às cidades um catálogo de formas repetitivas, portanto, diluidoras das diferenças socioculturais qualitativas. No seio dos espaços padronizados tudo se torna equivalente e intercambiável e, como nos alerta Ítalo Calvino (1990), decretam contraditoriamente a amorfia que pretensamente afirmam combater:

(...) Nos lugares em que as formas exaurem as suas variedades e se desfazem, começa o fim das cidades. Nos últimos mapas do atlas, diluíram-se as retículas sem início nem fim, cidades com a forma de Los Angeles, com a forma de Kioto-Osaka, sem forma (p. 126)

Dessa mesma matriz urbanística são os esforços de reconstituição das singularidades histórico-culturais que não ultrapassam o seu papel de *remake* da paisagem. A recomposição de fachadas de casas e prédios consideradas tradicionais, a organização de corredores culturais e bairros estilizados com cores e formas do passado emprestam à paisagem um certo sentido bucólico e *retrô*. No entanto, a pretensa recuperação da “memória histórica” se revela como um processo de *museificação* mercantil de ruas e bairros, cujo propósito maior é servir como *self-service* cultural para o turismo do que propriamente revitalizar tradições populares. O mapa da cidade e o território não se confundem mais, enquanto a paisagem é reconstituída permanentemente como uma grande tela de simulações.

Contra o caos combinam-se o embelezamento estratégico, a engenharia privada de segurança e as tecnologias *soft* de controle – a exemplo da utilização de câmeras

de vídeo para registrar e vigiar o movimento de ruas e praças. Aqueles reiteram em diferentes latitudes o padrão cultural californiano. Padrão que combina a limpeza física - incluindo os corpos estranhos e rebeldes - e a indiferença humana, cujo propósito maior não é outro além de figurar uma cidade “simulacro” em oposição ao “caótico”. Assim, a imago urbis que constrói o nosso senso comum é um apanágio para um velho novo “espírito urbanístico”, sempre empenhado na reencarnação do movimento seletivo da mercadoria, no reordenamento hegemônico da propriedade privada e do valor de troca na cidade. Da falta de sentido do aglomerado caótico emerge uma *Ágora disneylandizada*, como dramatização de um urbanismo *décor*:

Imperialismo visual e concentração urbana andam juntos; desenho topográfico, projeto mercantil e destino político revelam-se interdependentes e descobrem no número como na cifra seu horizonte instrumental e metodológico. (MONNIER-RABALL, s/d, p. 138)

Registra-se, neste percurso, um processo brutal de segregação urbana alimentado de radicais contradições sociais que, por sua vez, assumem a expressão suprema da *gentryfication* de pedaços da cidade frente à crescente miséria social, sobreposta a etnização impressa em bairros e quarteirões inteiros – fenômenos em curso não somente na Europa e nos Estados Unidos, como também nas sociedades latino-americanas. Nesse movimento se constitui um conjunto de práticas sociais que Boaventura Santos (1999) identifica como uma forma fascista de sociabilidade, produto da privação de direitos políticos e sociais característicos do *apartheid* urbano:

Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas de natureza do estado hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neo-feudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (...). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a se transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que por isso é comum à ação estatal e não estatal.

Percebe-se que o pretendido resgate da sociabilidade perdida, através das intervenções urbanas locais, possui limites bastante claros. É profundamente questionável a possibilidade de recriação de sociabilidade, ou de invenção da cidadania, diante do processo de recriação parcial e discricionária da cidade. Fragmentos de apropriação da cidade poderão doar sentidos renovados às nossas vidas e (re)significar as nossas experiências cotidianas? Por outro lado, como restituir civilidade à cidade diante da degradação do modo-civil-de-viver-urbano, outrora fundado na

disciplina (capitalista) do trabalho e nos valores normativos da família (burguesa). Instituições sabidamente em decadência, em função das transformações socioculturais e sociotécnicas em curso, mas que constituíram, até bem recentemente, um certo “semblante de harmonia do espaço público” (COSTA, 1989) a partir do poder disciplinar do espaço privado (a casa, a fábrica, a empresa, a escola).

Observa-se que a busca de invenção da “vida comunitária” - a partir do redesenho dos lugares – recria uma forma de ordenamento territorial urbano que tende a uma forte repartição de populações e segregação de convivências e, no seu limite mais dramático, como afirma R. Sennett (1988), anula possibilidades de se criar sentido para a própria vida na cidade:

A comunidade se tornou ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade, e uma barricada territorial no interior da cidade. A guerra entre a psique e a sociedade adquiriu assim, um foco verdadeiramente geográfico, que veio substituir o antigo foco do equilíbrio comportamental entre o público e o privado. Esta nova geografia é a do comunal versus o urbano; o território dos cálidos sentimentos e o território da indiferença. (p. 366)

Portanto, não estamos tratando exclusivamente de um período marcado pelo aprofundamento da separação entre o espaço público e o privado, mas sim de um esvaziamento político do primeiro como contrapartida da decomposição do espaço comum, ou melhor, do que sobrara como lugares (com)partilhados por diferentes atores sociais – avenidas, ruas, praças, parques, jardins. Lugares de encontros e conflitos entre próximos e distantes, iluminando as contradições do ato de viver na cidade. É esse espaço comum, em desmontagem na cidade, a expressão radical da crise sociopolítica contemporânea, sobre o qual agitam-se forças e concepções de sociabilidade profundamente desiguais. É nesse sentido que podemos afirmar que o espaço social vem se tornando uma raridade diante do espaço abstrato e homogeneizante da racionalidade mercantil burguesa.

O tecido dos acontecimentos demonstra que estamos diante de uma reconfiguração espacial das cidades, descontínua, é verdade, porém reconfiguração. A não-extensividade, ou melhor, a segmentação espacial das intervenções urbanas estão fundadas na constituição das mudanças na reprodução social das relações capitalistas de produção, em curso na atualidade. Enquanto o modelo urbano dos modernos reinventava o espaço geométrico através da criação de um centro, ponto de fuga para onde um feixe de linhas retas convergiam e faziam o predomínio do mapa sobre o território e deste sobre a paisagem, os chamados pós-modernos ensaiam a pragmática de uma cidade policêntrica, onde o território não é mais garantia da duração da paisagem e o mapa é um rascunho sempre provisório e incerto das relações sociais, tornando a cidade um território da hiperrealidade da mercadoria: ...“nada de relevo, de perspectiva, de linha de fuga, mas uma tela total onde os painéis publicitários e os produtos na sua exposição ininterrupta jogam como signos equivalentes e sucessi-

vos” (BAUDRILLARD, 1980:8). Enquanto a primeira concepção recebia sua gênese do sujeito (cartesiano) autocentrado na Razão, a segunda é expressão dos estilhaços do indivíduo do contrato social: o consumidor. M. Davis (1989) aponta, sem sutilezas, as atuais mudanças nas concepções e práticas do urbanismo:

Onde quer que o arranha-céu ‘clássico’ tenha romantizado a hegemonia da burocracia corporativa e da produção de massa, a torre pós-moderna tornou-se apenas um pacote de espaço padronizado pronto para ser embrulhado para presente ao gosto do cliente (p. 94).

As contradições sócio-espaciais abertas, geralmente agudas, são vistas e localizadas pelo ângulo do caótico. Esse é tomado como dispositivo ideológico para neutralizar o sentido político da cidade e legitimar o neo-pragmatismo urbanístico que se arroga ser o salvador da *urbis* e do *civitas*.

Contudo, o caos não é apenas uma forma imediata através da qual se constitui um certo “olhar” sobre a cidade. O caos recebe também o status de conteúdo inerente à cidade, e que comprovaria, ao contrário da posição anteriormente descrita, a fertilidade e a dinâmica do sentido da vida na cidade. Se o caos é o mal, ele também pode ser o bem e, assim, assumir o papel de teoria explicativa e constituidora da falta de sentido da cidade no final do século.

Em voga nas chamadas ciências exatas e biológicas, a teoria do caos se constituiu, como um modelo explicativo, a partir do reconhecimento da imprevisibilidade, da irregularidade e aleatoriedade dos fenômenos que, até então, pareciam pertencer a uma ordem fechada de acontecimentos. E, curiosamente, o próprio caos e todo o seu cortejo e incerteza responderia, ocultamente, por um outro tipo de ordenamento presente no universo.

Transposta sem muitas sutilezas para o plano das ciências sociais e, em particular, para o modo de olhar a cidade. O caos é tomado como um “modelo explicativo” da cidade contemporânea e, ao mesmo tempo, um sentido inerente ao próprio conteúdo do urbano. O caótico seria, então, a marca emblemática e o selo de qualidade da cidade neste fim de século (?!). Trata-se, portanto, da aceitação da turbulência como modo de vida e como momento da existência viva da *urbis*. O caos é revisto. Assemelha-se a Gaia. É elevado à condição de “fonte inesgotável” da vida e de toda mudança. Não ter sentido, agora, faz sentido para as cidades.

Como teoria explicativa e aura da cidade, o caos nos induz a acreditar na possibilidade de valorização da iniciativa pessoal e todo o seu corolário de autodeterminação individual, sobretudo, dos lugares frente à ordem abstrata e generalizante da cidade (da região, da nação ou da própria sociedade). No discurso imagético dominante o caos é descontinuidade, é ruptura com as estruturas “inertes”, e a inspiração dos indivíduos contra a “matéria informe e monótona” constitutiva da cidade, fazendo quebrar todas as hierarquias reguladoras e as ordens fechadas que negam o livre-arbítrio e, principalmente, a livre-ação para viver o fugaz. Trata-se da celebração do indivíduo que, para

sobreviver na “selva urbana” de cada dia, precisa desenvolver táticas exclusivas e sempre adaptáveis ou flexíveis de sobrevivência diante da competição voraz e aleatória, traço comum à nova estrutura profissional urbana, demarcada pelas atividades de serviços, publicidade, seguros, informática e finanças. Contudo, o comportamento flexível, a livre-ação e a capacidade de adaptação que vêm determinando a modelagem do caráter dos indivíduos não gera a liberdade pessoal e o sucesso profissional prometidos. Ao contrário, engendra novas formas de alienação, uma vez que a “repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (HARVEY, 1993:258).

A popularidade do caos no discurso imagético refaz no plano das idéias aquilo que hoje subjaz na ordem das redes globais da finança e da informação, onde as ações são cada vez mais velozes e suas conseqüências pouco previsíveis. As cidades como lugares privilegiados nas tramas dos circuitos mundializados, precisam ser adequadas a esse novo modo e ritmo de reprodução do capital, onde a velocidade é a marca e a imprevisibilidade parece ser a tônica. A fórmula para o sucesso das cidades parece ser simples: assumir o caótico para candidatar-se ao mercado e ao dinheiro tornados globais. O individualismo e a habilitação para o livre mercado encontram uma estranha correspondência. O ressurgimento do darwinismo social poderia encontrar terreno mais fértil?

O caos é valorizado e proclamado como força de oportunidades contra a vida padronizada e reguladamente massificante da cidade. De estéril o caos revela-se como fonte de incerteza fertilizadora e oportunidade de realização da liberdade. Finalmente parece que estamos libertos da angústia gerada pela indeterminação do dia seguinte e, mais do que tudo, a popularidade do caos “alivia e suaviza a disposição das sociedades capitalistas dos últimos tempos e lhes dá, simultaneamente, a expectativa tensa e relaxada de viver uma ética e uma estética de riscos sempre novos” (SENNETT, 1999:54). E, ainda assim, acreditarmos em horizontes abertos e na existência do imponderável como futuro, mesmo diante da rápida caducidade e obsolescência do mundo programado pelo consumo (material e simbólico) dirigido.

Assim, a cidade “democrática” deve se inspirar no caos, estar aberta às novidades para desembaraçar-se da história e acatar a “volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (MENNINGHAUS, 1996:136). Vencendo pela saturação invasora no nosso cotidiano, a imagem do caos deixa distante a cidade que habitamos, para nos impor a condição de nômades amedrontados, solitários e sem rastros. Por outro lado, o domínio “tátil” da imagem *cidade caótica* resulta da nossa própria tolerância política e intelectual com a fragmentação da vida.

Sitiada pela imagem modelar do caos a cidade é pura descontinuidade e sua estrutura incerta e fragmentária é condizente com o fim da história, ou melhor, com a negação de toda a sua historicidade. Para uma “sociedade de risco”, somente é possível uma “cidade de risco”. Daí é possível argumentar, como certos sociólogos de sucesso editorial e prestígio acadêmico, que vivemos num “mundo urba-

no sem cidades” ou proclamar que habitamos “cidades sem cidadãos”, sombriamente redefinidas por guetos, hordas e tribos. Argumentos que fazem tábula rasa das lutas, anseios e sonhos de uma cidade mais bela e igualmente democrática, mas contribuem para dar cobertura ideológica às ações e relações imediatistas, narcísicas e individualistas. Estas demonstram-se completamente desprovidas de sentido coletivo de criação da vida e, por isso, são confessadamente incapazes de constituir um projeto social mais amplo de cidade e cidadania. Talvez seja mais reconfortante para o vezo pequeno-burguês olhar a cidade como um aglomerado de cacos do que ver *distraidamente* as resistências não-cotidianas dos sem teto e sem emprego.

Enquanto os cânones da Escola de Ecologia Humana de Chicago (PIERSON, s/d) nos faziam acreditar que as crises antecediam rápidas mudanças, e que, finalmente, um período de equilíbrio mais estável se abriria no mundo sacudido pelas incertezas, os ideólogos da “irregularidade promissora” do caos nos convidam a aceitar o inevitável, a incerteza e o imprevisível como parte da certeza de nossa existência e, mais radicalmente, naturalizam as condições/contradições histórico-geográficas da cidade. Da imagem do caos elabora-se um jogo de simulacros de dominância “tátil”, que faz mais palatável a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, a privatização do patrimônio que deveria ser público (incluindo-se neste item não somente os equipamentos e meios infra-estruturais do abastecimento urbano, como também as ruas, as praças e os jardins), como também a transferência para o espaço do mercado das questões de qualidade eminentemente sociopolíticas. Acumulação flexível e indivíduo flexível são faces dissimiladas de um mesma moeda. Desse modo, *imago urbis* e exploração ideológica combinam-se e misturam suas tinturas no *geist* neoliberal.

Apesar dos seus limites bem precisos, podemos tomar a imagem de caos para mudar radicalmente seu sentido corrente e explorar o abismo entre a simulação e a expressão da cidade no fim de século. Oculta na nuvem a-histórica do caos, a cidade perde a sua condição de registro da tensão permanente entre a racionalidade geométrica imposta ao espaço e o emaranhado de existências humanas (CALVINO, 1990) e se resume a um cenário reificado de fragmentos. Contudo, os impasses, conflitos e contradições da sociedade revelam-se teimosamente, e com toda a sua intensidade, no urbano - expressão da estrutura totalizante do modo de (re)produção e acumulação capitalista - e, em particular, na cidade, que é seu nódulo de tensões.

É nessa perspectiva que a cidade do fim de século pode assemelhar-se ao caos, ou melhor, ao espaço catástrofe. Expressão conceitual de Henry Lefebvre (1978) que designa a ruptura, a clivagem, a desestabilidade e, ao mesmo tempo, o momento de passagem de uma espacialidade para outra. A cidade caótica parece demonstrar, simultaneamente, a remodelagem das condições de reprodução do capitalismo e as resistências, nas fímbrias do cotidiano, ao processo brutal e pluri-escalar das mudanças impostas ao espaço pelo regime burguês de acumulação de riqueza e poder. Portanto, a cidade do final de século nos fala de práticas sócio-

espaciais diferenciadas e antitéticas que, em última análise, exprimem a radicalidade do conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. Duelos entre a transgressão e a dominação social. Rumos distintos colocados em causa sob a aparência do caos, porém escritos e vividos como forma e conteúdo do espaço geográfico. É com essa marca que a força dos lugares emerge nas cidades e redefine o caos em termos de movimento e contradição, superando sua imagem banalizada de desordem e a “dialética rarefeita” da fragmentação.

Se os lugares são componentes estratégicos do instrumental urbanístico em vigor, também são a expressão da resistência, do conflito e das tendências manifestas do real. Os lugares tanto se opõem como se complementam e, desse modo, configuram relações de coexistência, por onde o diverso mostra sua face diante das forças econômicas e culturais de homogeneização. É através dos lugares que o vivido reacende suas ações e paixões para exprimir as diferenças no acontecer hegemônico. Portanto, o lugar também escreve um mapa-múndi e revela a sociedade por inteiro – nas suas contradições, privações e lutas sociais – fazendo da cidade uma síntese de nossas práticas políticas. A cidade não termina nem recomeça a partir de simulacros.

Edgar Morin (1977) ao abordar as concepções de Universo, acende pistas teórico-conceituais relevantes para o entendimento da cidade nas condições histórico-geográficas da atualidade e, sobretudo, nos oferece a possibilidade de pensar sentidos mais amplos de sua existência. Tal como um Universo, a cidade possui diferentes entradas para decifração de seus registros: a entrada no mundo, a entrada na *physis*, a entrada na máquina, a entrada na vida e a entrada na sociedade.

Cada entrância guarda o significado do encontro e da passagem em escalas diferenciadas, gravando a complexidade do espaço como síntese aberta do real em permanente devir e conferindo sentidos mais amplos e fecundos de densidade e heterogeneidade às cidades: a mundialidade como expressão das tramas e processos do concebido, em particular, do modo de produção capitalista e seu cortejo de conflitos e contradições sociais; a *physis* como reprodução de sociedades-naturezas na produção propriamente dita do espaço e de suas representações; o meio técnico-científico sobre o qual repousam os sistemas de organização espacial e os dispositivos hegemônicos de visão; o vivido - que inclui o corpo, o imaginário, os desejos e o prazer; e, os sujeitos sociais, vértices das atividades criativas e das lutas pelo devir. São momentos desiguais (e combinados) do sentido da cidade como uma encruzilhada do possível. E, se o destino dos homens e mulheres é colonizar o futuro, como afirma o poeta Otávio Paz, ainda temos o urbano para revolucionar e cidades a refazer.

O CAOS COMO IMAGO URBIS

Resumo: A aparente lógica racional da ordem estilhaça diante do caos empírico e representacional do espaço urbano. Mas de que falam as representações do caos? E que relação têm com a ordem mercantil? Ou com os discursos do ordenamento pelo ordenamento? Talvez nestas perguntas

se espelhe a lógica em que se explicita o grande shopping center em que o visual da cidade se transformou.

Palavras-chave: Imagem, Representação, Cidade.

CHAOS AS IMAGO URBS

Summary: The apparent rational logics of order shatters in face of the empirical and representational chaos of urban space. But, what say the representations of chaos? And, what relation they have with the mercantile order? Or, with the discourses of arrangement by arrangement? Maybe at these questions is the logics in which is explicit the big “shopping center” the city visual became.

Keywords: Image, Representation, City.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, J. (1980): La fin de la modernité ou l'ère de la simulation. In *Encyclopaedia Universalis*, vol. 17. Paris: Ed. Encyclopaedia Universalis France.
- CALVINO, I. (1990): *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1990): *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COSTA, J.F. (1989): *Psicanálise e Contexto Cultural*. Rio de Janeiro: Campus.
- DAVIS, M. (1993): A (1989): Renovação Urbana e o Espírito Pós-Moderno. *Revista Espaço & Debates*, n.27.
- HARVEY, D. (1993): *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (1987): Flexible accumulation through urbanization: reflections on “post- modernism” in the American city. *Antipode*, vol. 19.
- LEFEBVRE, H. (1978): *De l'Etat*, tome III. Paris: Union Générale d'Éditions.
- MENNINGHAUS, W. (1996): Mitologia do Caos no Romantismo e na Modernidade. São Paulo: *Estudos Avançados* (10) 27, USP.
- MONNIER-RABALL, J. (s/d) *Simuler/dissimuler – essai sur les simulacres de masse*. Paris: Payot.
- MORIN, E. (1977): *La Méthode* (I) – *La Nature de la Nature*. Paris: Editions Seuil.
- PIERSON, D. (s/d) *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- SANTOS, B.S. (1999): Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: *Os Sentidos da Democracia*, Francisco de Oliveira (org.). São Paulo: FAPESP/ Vozes.
- SENNET, R. (1988): *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENNETT, R. (1999): *A Corrosão do Caráter*. São Paulo: Cia das Letras.